



o trabalhador
da CML

Defendemos os serviços públicos na cidade de Lisboa!



**Aprovada a reorganização dos serviços
municipais com parecer negativo
do Sindicato!**

Págs.centrais

Avançamos na assinatura dos ACEP!

Pág. 3

Não baixar os braços!

Se Abril e Maio foram meses de luta, os meses que se seguem não serão diferentes. Muitas são as razões que nos motivam a não baixar os braços, a não desistir dos nossos direitos, dos nossos salários e, cada vez mais, da defesa do nosso posto de trabalho e dos serviços públicos que corporizamos junto das populações.

A ofensiva do governo ao mundo do trabalho, mantêm-se inalterada, aprofundando-se inclusive em algumas matéria, como na intenção em diminuir (ainda mais) salários e pensões, ou em aumentar (retomando um 'velha' proposta) as contribuições sobre a TSU, aliás, seguindo escrupulosamente os ditames da Comissão Europeia, hoje, como ontem, porta-voz das *troikas* que nos infernizam a vida.

A derrota desta política e deste governo em particular será uma inevitabilidade, é certo, mas para isso acontecer, o envolvimento do povo e dos trabalhadores portugueses terá de ser indispensável e determinante. Caso contrário, as nossas vidas degradar-se-ão ainda muito mais, retrocedendo a níveis típicos de um passado pré-revolucionário, o que revela um retrocesso civilizacional inaceitável.

Neste cenário, não podemos deixar de valorizar a luta dos trabalhadores de vários setores de atividade, do público ao privado, que não desistem do seu direito ao trabalho e ao trabalho com direitos! Realçamos a luta dos transportes, Metro, Carris e CP, mas também dos trabalhadores da saúde, educação ou segurança social. Podíamos referir muitas outras lutas que acontecem diariamente em centenas de locais de trabalho e empresas que por revelarem uma consistência indelével, constante e permanente, não são alvo da atenção dos órgãos de comunicação social. Claro está que aos *media* instrumentalizados, não lhes interessa divulgar a luta expressa nas suas várias formas pelos trabalhadores, caso contrário, a passividade que satisfaz àqueles que hoje usurpam o país e as nossas vidas, não seria tão bem aceite.

Na cidade de Lisboa, a realidade não é discrepante da que se vive no resto do país. Se na Câmara Municipal, aprofunda-se a estratégia de desinvestimento e esvaziamento de importantes serviços municipais, em inúmeras Juntas de Freguesia o cenário não é muito diferente. A lógica passa sempre pelo mesmo caminho, isto é, degradar condições de trabalho, atacar direitos e remunerações, diminuir a qualidade dos serviços públicos que se prestam à cidade, à sua população, aos seus fregueses.

O processo de reorganização de serviços municipais aí está. Aprovado na AML, veremos como será aplicado. Nos intermédios, os trabalhadores são desvalorizados e ignorados. Ao executivo municipal, parece não interessar a sua opinião e muito menos conhecer as suas vontades, expectativas e os seus conhecimentos adquiridos ao longo de largos anos ao serviço da Câmara Municipal.

Nas Juntas de Freguesia, valorizamos a assinatura do ACEP com vários executivos, permitindo por esta via a defesa das 35 horas, mas também outros importantes direitos aos respetivos trabalhadores.



**Lutar para transformar
a nossa vida!**



Não ignoramos contudo, os casos vergonhosos que se passam na JF de Santa Clara, que merecerá deste Sindicato uma resposta à altura. Noutras freguesias, o cancro da precariedade alastra sem controlo e a uma velocidade estonteante, demonstrando claramente algumas das consequências perniciosas da reforma administrativa levada a cabo pelo PS, só possível, claro está, com a complacência ativa do PSD que a votou favoravelmente quer na AML, quer depois na Assembleia da República. "Farinha do mesmo saco", dizem. E são capazes de ter razão.

Para o STML e para os trabalhadores do município, os próximos meses serão de uma atenção redobrada e de uma ação em sintonia com a defesa dos nossos direitos e interesses, indissociáveis de um projeto de serviços de públicos de qualidade para todos! ■



Assinados os ACEP com as JF de Campo de Ourique, Arroios e São Vicente

Foi assinado o Acordo Coletivo de Empregador Público (ACEP), com as Juntas de Freguesia de Campo de Ourique, no dia 21 de Abril, Arroios, no dia 29 de Abril, e São Vicente no dia 13 de Maio.

A assinatura destes ACEP reveste-se duma enorme importância, na garantia de vários direitos dos trabalhadores associados do STML, de entre os quais se destaca a manutenção da jornada de trabalho em 35 horas semanais. Afirmar também inequivocamente, a autonomia do poder local democrático.

Ao legislar o aumento da jornada de trabalho para 40 horas semanais, o governo PSD/CDS, pretendeu reduzir ainda mais o valor dos rendimentos dos trabalhadores da Administração Pública. E foi derrotado na Administração Local, uma vez que 80% das autarquias estão a aplicar a semana de 35 horas, graças à assinatura de ACEP, apesar do governo através do Secretário de Estado da Administração Pública (SEAP), não os publicar, insistindo em fazer parte das respetivas negociações.



A luta em torno do aumento da jornada de trabalho, está longe de se considerar resolvida, uma vez que o governo continua a dar sinais de tentativa de condicionamento da autonomia das autarquias, veja-se a missiva que o SEAP fez chegar aos autarcas, estabelecendo as condições para a publicação dos ACEP. Aceitaria a redução da jornada de trabalho se a autarquia tivesse uma situação financeira estável, não contratasse novos trabalhadores, não recorresse a trabalho extraordinário e contemplasse a famigerada adaptabilidade dos horários e os bancos de horas. É intromissão que obviamente consideramos inaceitável.

Exigimos que o SEAP publique imediatamente todos os



ACEP, livremente negociados e assinados, entre os representantes dos trabalhadores e as autarquias, embora não abdicando de lutar pela revogação, da lei que aumenta a jornada de trabalho, que constitui, no essencial, em mais um roubo a todos os trabalhadores da Administração Pública

Neste momento decorrem negociações com diversas Juntas de Freguesia. O STML prosseguirá neste caminho que sabemos é longo e árduo, defendendo os direitos dos trabalhadores, a semana de trabalho de 35 horas, sem adaptabilidade de horários nem bancos de horas, não aceitando a ingerência do governo na autonomia do poder local democrático, conquista de Abril de 1974.

Acordo assinado, acordo publicado! ■



Refeitórios Municipais: uma nova (velha) ofensiva no horizonte?

Não é de agora que o STML tem reivindicado o investimento no importante apoio social aos trabalhadores que é a rede de refeitórios municipais. Seja exigindo o reforço de meios humanos, seja exigindo condições de Saúde e Segurança das instalações ou a abertura de novos refeitórios de forma a responder às suas crescentes necessidades.

A CML, por seu lado, tem ignorado o problema, respondendo com o desinvestimento generalizado neste sector. No que respeita à falta de meios humanos, é o culminar de vários anos sem serem admitidas cozinheiras, sendo alta a média etária destas trabalhadoras. O mapa de pessoal tem pouco mais de metade das vagas preenchidas.

Face às características árduas desta atividade e à sobrecarga a que são sujeitas estas trabalhadoras, um elevado número de cozinheiras são obrigadas a ausentarem-se do trabalho face a acidentes de trabalho ou doenças profissionais resultantes da sua atividade profissional. É público há demasiado tempo, que em todos os refeitórios municipais, o número de trabalhadoras é claramente insuficiente face ao número de refeições que produzem diariamente.

Em relação às instalações onde os refeitórios funcionam, todas elas necessitam de obras urgentes. A exceção será porventura em alguns equipamentos existentes nos cemitérios municipais.

No caso do Complexo Municipal dos Olivais, recentemente interencionado depois de anos de reivindicação e luta por parte dos trabalhadores, após a conclusão das obras e ironicamente, o refeitório permanece encerrado por falta de pessoal.

Como já referimos, a falta de condições de Saúde e Segurança coloca em causa, principalmente os trabalhadores deste sector, mas não só. Também os trabalhadores que diariamente os frequentam. Obras de fundo são necessárias, desde a remodelação das canalizações de água e gás, esgotos, chão antiderrapante na área das cozinhas, extracção de gases, ventilação e climatização. É preciso também reequipar estas unidades com electrodomésticos, mobiliário e utensílios, uma vez que grande parte dos existentes está obsoleta ou encontram-se irremediavelmente danificados. Como é evidente, trabalhar nestas condições, dificulta ainda mais o exercício das funções que são competência das cozinheiras.

Desde a constituição dos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa (SSCML), que a passagem da gestão dos refeitórios municipais



para a sua responsabilidade está prevista. Esta intenção de transferência é referida na Reestruturação de Serviços de 2011, assim como se encontra plasmada na Reorganização de Serviços Municipais de 2015, recentemente aprovada pela maioria PS na Assembleia Municipal de Lisboa.

A concretizar-se a passagem da gestão dos refeitórios e creches para os SSCML, consuma-se a desresponsabilização total da CML, na prestação de apoio social aos seus trabalhadores. Além do mais, desconhecemos totalmente quais as intenções dos SSCML para os refeitórios quanto à sua manutenção e funcionamento ou à forma de gestão a aplicar.

Segue-se portanto a linha política que o PS de Costa e agora do Medina, têm desenvolvido na autarquia lisboeta há largos anos: esvaziamento de competências e a sua externalização. Supostamente, é chegada a vez dos poucos apoios sociais prestados aos trabalhadores.

Podemos pois deduzir que o desinvestimento continuado durante largos anos, neste caso concreto dos refeitórios municipais, não contratando o pessoal necessário, deixando degradar instalações e equipamentos, tinha um objectivo, a sua externalização, não estando a CML minimamente preocupada em assegurar a continuidade deste apoio aos seus trabalhadores. ■



A luta continua na Junta de Freguesia de Santa Clara

Após um ano da transferência de competências e trabalhadores da CML para esta Junta, vários são os episódios insólitos que temos relatado no relacionamento do executivo da Freguesia com os trabalhadores e suas estruturas representativas. Episódios que mais se assemelham a um qualquer tempo passado de má memória.

Só assim se entende as declarações da Sra. presidente de Junta que, numa reunião com o STML, acusou os trabalhadores da limpeza urbana de “execráveis”. Como se tal não bastasse, deixou de lhes fornecer equipamentos de trabalho ou meios de primeira necessidade essenciais ao funcionamento das respetivas instalações, como o gás para a confeção de comida, papel higiénico, produtos de limpeza, entre outros. Pasmese que até julgou poder exigir aos representantes sindicais, um pedido de autorização para reunião com os trabalhadores ou para a distribuição de informação sindical.

Também só num tempo passado de má memória se poderia pensar que, após a entrega de um abaixo-assinado em que os trabalhadores exigiam respeito e condições de trabalho, a Junta de Freguesia deixasse de responder a solicitações de reunião dos sindicatos filiados na CGTP-IN (STML e STAL). Paralelamente procurou livrar-se dos trabalhadores que transitaram da CML e passou a contratar prestadores de serviço, muitos deles sem terem qualquer espécie de contrato formalizado.



Mas o que se tem passado com a Sra. presidente desta Junta não é no tal passado de má memória. Infelizmente, estes acontecimentos têm lugar hoje, 41 anos depois da Revolução de 1974 que permitiu conquistar importantes direitos, como o da liberdade e de associação sindical e ainda o direito ao trabalho com direitos.

A Sra. Presidente, além de manter a sua indisponibilidade para reunir com o sindicato, passou a boicotar os plenários convocados pelo STML e STAL. Ora não comunica às chefias a legalização dos mesmos, ora instrumentaliza trabalhadores no propósito de intimidar colegas de trabalho que querem participar nos plenários, ameaçando-os em os enviar para casa ou retirando-lhes tarefas.

Um episódio caricato que demonstra a política de *não olhar a meios para atingir os seus fins*, foi o exemplo de máquinas a trabalhar e música num volume exagerado dentro do armazém a paredes meias com o local onde se realizava uma reunião de trabalhadores.

O último caso remonta ao passado mês de Abril, quando dirigentes sindicais se deslocaram ao armazém que serve de local de trabalho para trabalhadores da limpeza e manutenção de espaço público, sito na azinhaga de Sta. Susana, para aferir as deficiências daquele espaço em termos de condições de saúde e segurança. A situação chegou ao ponto de um responsável da Freguesia chamar a Polícia no intuito de impedir esta ação. Contudo, quando a Polícia chegou, o trabalho já estava realizado. Nesta fase, o levantamento dos problemas existentes já foi enviado ao executivo com o objectivo de serem discutidas soluções aos mesmos.

Caso as estruturas representativas não obtenham respostas adequadas, procederão ao envio do elenco de deficiências observadas para as entidades inspectivas competentes.

Este estado de coisas é intolerável num regime democrático e continuaremos determinados em continuar a lutar pelos direitos, dignidade e respeito dos trabalhadores, confiantes na certeza de que, com os trabalhadores unidos, reporemos o calendário no tempo dos direitos e da dignidade, acabando com os tempos de passado de má memória... ■

Da precariedade na Junta de Freguesia de Benfica!

A Junta de Freguesia de Benfica parece ter-se juntado à “moda” da precariedade que grassa na cidade de Lisboa, desde que António Costa (o PS portanto) impôs a sua reforma administrativa. Extinguiu-se freguesias, reorganizou-se outras e criaram-se outras mais. Pelo meio, transferiam-se equipamentos e trabalhadores contra a sua vontade.

O caso da proliferação dos ‘recibos verdes’, consubstanciando uma degradação inaceitável do vínculo de trabalho público, é apenas uma das consequências deste processo, talvez a mais perniciosa pela instabilidade que provoca na vida de centenas de trabalhadores e trabalhadoras.

Em Benfica, presidida pela Sra. Inês Drummond, de um dia para o outro, foram integrados no trabalho de limpeza das ruas da freguesia, nove trabalhadores. Integrados...é como quem diz. No primeiro dia de trabalho, depois de várias peripécias que fazem lembrar as infâmias associadas ao *trabalho de jorna* do século passado, alguns trabalhadores alegavam desconhecer os seus horários de trabalho, havendo outros que nem sabiam qual o seu vencimento. Porventura, hoje já o sabem, mas continuam na ignorância sobre como será o seu futuro dentro de alguns meses. São as “maravilhas” dos recibos verdes e de tudo o que lhe está associado.

Sobre este assunto, interessa registar algumas ilações da reunião de 14 de Maio entre o STML e a presidente desta junta.

1. Sobre os contratos precários, há uma preocupação teórica, porque na prática não se vislumbra, através de medidas concretas, a regularização do seu vínculo. Além do mais, não têm equipamentos de proteção individual o que é inaceitável e não recebem o RIP (subsídio de insalubridade, risco e



penosidade), apesar de desemparem um trabalho penoso, insalubre e de risco.

2. Também em moldes semelhantes, podíamos falar de condições de trabalho. Muitos projetos e boas intenções, mas sem data para a sua concretização. Até lá, os trabalhadores terão que lidar com espaços e balneários exíguos, cabendo às trabalhadoras a maior dose de “sacrifício”.

3. No campo dos EPI (equipamentos de proteção individual), será supostamente em Julho que os trabalhadores (todos, prestadores de serviços incluídos, afirmam) terão direitos a fardas, botas e outros equipamentos novos. Até lá, “aguentam, aguentam”, já dizia o Sr. Ulrich do BPI.

4. No que concerne ao novo posto de limpeza do Bairro da Boavista, que deveria estar operacional em Setembro de 2014, depois em Março de 2015, a agora perspectiva-se a sua inauguração talvez para o mês de Junho (?!). Até lá, os trabalhadores da limpeza urbana do posto do B.º da Boavista terão que aguentar as condições miseráveis em que se encontram há largos anos.

5. Sobre a assinatura do ACEP com o STML, afirmam que só depois das eleições legislativas será possível a sua concretização. Os argumentos aparentam razões técnicas, mas no essencial, falamos de ausência de vontade política

O STML continuará a acompanhar os problemas que se vivem nesta junta de freguesia, exigindo paralelamente à sua presidente, independentemente da sua vontade, a celebração do ACEP, instrumento essencial à defesa dos direitos dos respetivos trabalhadores e em particular das 35 horas semanais! ■



Quartéis do Regimento envoltos por uma enorme nublosa!

A autarquia de Lisboa é detentora de uma grande quantidade de imóveis, muitos deles devolutos, pelo que não só é compreensível, como justificável, a alienação de alguns desses edifícios. Incompreensível é venderem-se imóveis não devolutos, e necessários para a segurança dos lisboetas e para todos aqueles que pelas mais diversas razões, transitam pela cidade, como é o caso dos quartéis do Regimento de Sapadores Bombeiros.

Por que razão se vende o mais moderno quartel de bombeiros que, para além do quartel incluía outras infraestruturas como a central de comunicações e o museu do bombeiro. Mais estranho é que a venda é feita sem as normais contrapartidas, ou seja, um novo quartel na mesma zona da cidade, de forma a manter a segurança em termos operacionais, sem aumentar os tempos de chegada. Mas também para operar a central de comunicações e um novo local onde colocar o enorme espólio museológico de forma a receber com dignidade os visitantes e apreciadores destas obras de arte, sendo algumas delas peças únicas.

Para o comum dos mortais é impossível descortinar que interesses estiveram envolvidos neste negócio, e quem ficou a ganhar, sabe-se sim quem ficou a perder, desde logo os munícipes que ficaram com aquela zona da cidade mais desprotegida no socorro, com o aumento dos tempos de chegada. Perdem igualmente os bombeiros porque regrediram nas condições de higiene e segurança, de bem-estar e de trabalho, face às medidas que este executivo pretende implementar, que passam por recolocar os bombeiros em antigos quartéis, alguns deles considerados obsoletos há alguns anos atrás. Para além do quartel de Carnide, houve a venda do quartel da 1.ª companhia-estação, no Largo do Regedor, e a ausência de contrapartidas manteve-se.

Neste momento não se sabe exatamente quais são os quartéis de substituição, visto que o *timing* para a saída do pessoal e material dos atuais quartéis já expirou. Seguramente os novos proprietários dos edifícios, quererão tomar posse dos mesmos, correndo-se o risco dos bombeiros serem “despejados” e sem lo-



cal onde ficar. Recorrendo á sabedoria popular, claramente “colocaram os carros à frente dos bois”, o que deixa ainda mais interrogações sobre a venda apressada e quase que forçada destes imóveis, principalmente no cado do edifício concebido e construído para um fim específico há pouco mais de uma dezena de anos, como é o caso do quartel de Carnide.

Ora, estas opções vêm contrariar a *proposta nº 569/2013*, subscrita pelo ex-vereador Manuel Brito e pelo vereador Manuel Salgado, aprovada por maioria com 9 votos a favor e 6 abstenções na Reunião de Câmara, de 10 de Julho de 2013, conforme a Acta nº 163. Esta proposta já previa a “libertação”, para o Município, de algumas áreas, como o **quartel do Comando na Av. Dom Carlos I**, o **quartel do Largo do Regedor**, o **quartel de Carnide**, com todas as suas valências e o **quartel de Defensores de chaves**.

Mas também previa a construção de novos quartéis em substituição dos “libertados”, nomeadamente, no **quartel (PSA) da Boavista**, o **PSA do Martim Moniz**, o **PSA Carnide** e o **PSA Arco do Cego** e, para além destes, na **construção do PSA do Alto do Lumiar**.

Portanto como se pode verificar, a reorganização do dispositivo de socorro para a cidade, não só não previa a redução de quartéis como aumentava, passando dos atuais 10 para 11 quartéis. Torna-se pois imperioso que os Partidos com assento na Assembleia Municipal forcem o executivo camarário a cumprir as propostas aprovadas, de forma a não descredibilizar, ainda mais, as instituições. ■



Exigimos a reabertura do Refeitório Municipal dos Olivais 2!

Se as obras no refeitório dos Olivais 2 prolongaram-se mais do que era tolerável, a sua reabertura parece agora situar-se no horizonte da indefinição. A razão é simples, ou pelo menos aparenta ser simples: por falta de cozinheiras este equipamento não pode reabrir plenamente, afirmam os responsáveis municipais. Mas se o problema está supostamente identificado, a solução também! Contrate-se obviamente cozinheiras.

A carência de trabalhadoras nesta área específica é um problema há muito identificado pelo Sindicato, suscitando por inúmeras vezes a sua intervenção junto do executivo municipal.

A CML tem sistematicamente desvalorizado este problema, talvez já a pensar em caminhos que aos trabalhadores não interessam, como a concessão dos refeitórios ou a sua gestão pelos Serviços Sociais, opções que inevitavelmente terão do STML e dos trabalhadores do município fortes opositores.

Se em tempos e procurando dar resposta à falta de pessoal, a prática em recorrer aos CEI (contratos de emprego-inserção) foi a estratégia priorizada pela autarquia, que mereceu da parte do Sindicato fortes críticas face ao que está implícito nestes contratos-exploração-exclusão, atualmente parece não existir qualquer vontade política da parte do executivo, que solucione o problema de falta de cozinheiras.

No Complexo Municipal dos Olivais 2 estão cerca de duzentos trabalhadores (com tendência para aumentar), e o respetivo refeitório está reduzido à venda de bifanas e sopas, o que é completamente inaceitável!

A CML tem a obrigação de resolver este problema o quanto antes, deixando de protelar este assunto. A carência de cozinheiras não se verifica apenas neste local de trabalho, sendo um problema identificado em todos os refeitórios municipais. Há mais de doze anos que não entram para os quadros da autarquia (mapas de pessoal) uma única trabalhadora ou trabalhador para este setor profissional. Obviamente o que era já complicado em 2003 revela hoje, passados todos estes anos, uma dimensão por vezes indescritível.

Se considerarmos que as trabalhadoras que hoje realizam este trabalho são claramente insuficientes, percebemos que o excesso



de trabalho, crescente e permanente a que estão sujeitas, tem provocado verdadeiros atentados à sua saúde física e mental. Torna-se por isso urgente colmatar esta carência e por termo à degradação das suas condições de trabalho e de vida, já que as mazelas que denunciámos, como todos sabemos, não ficam limitadas ao local de trabalho. Todos os dias estas trabalhadoras as levam para casa e com elas têm que lidar de dia e de noite.

Basta de inércia. A CML tem que abrir concurso para admissão imediata de trabalhadoras e trabalhadores cozinheiros. Esta é a reivindicação que se mais se faz ouvir do Complexo dos Olivais 2, ao Complexo de Alcântara, à Cruz das Oliveiras, ao Edifício da Rua Alexandre Herculano ou no Complexo da Boavista.

Defender as nossas cozinheiras, é defender o nosso direito a refeitórios municipais com qualidade e dignidade! O executivo municipal não pode virar costas à sua obrigação com os trabalhadores da CML. ■

Dizemos NÃO à desregulação dos horários de trabalho!

Dizemos NÃO à “semana-inglesa”!

O único sector de actividade onde é obrigatório a prestação de trabalho em seis dias semanais, incluindo o sábado, é nos mercados municipais e nos que foram transferidos para as Juntas de Freguesia. Há muito que o STML tem tentado reverter esta situação, tendo apresentado recentemente à DMRH e à DMAU, uma proposta concreta de alteração de horários para os três mercados que visa corrigir esta injustiça que se verifica na CML

A desregulamentação dos horários de trabalho e o aumento da jornada de trabalho é uma intenção do capital e das forças políticas que têm governado o país ao serviço dos seus interesses (PS-PSD-CDS), tendo como objetivo bem claro, o embaatecimento do valor do trabalho e a eliminação do trabalho extraordinário.

Estes objectivos estão bem patentes na legislação aprovada pelo atual governo para a Administração Pública, que aumentou a jornada de trabalho semanal de 35 horas para 40 horas. A aplicação desta lei na Administração Local tem-se traduzido numa enorme derrota para PSD e CDS, uma vez que na grande maioria das autarquias continua a praticar-se a jornada de 35 horas semanais, resultado inequívoco da luta dos trabalhadores.

A ideia do regresso à “semana-inglesa”, não é nova! Ainda há poucos anos, a CML desenvolveu um projeto de alteração de horários visando precisamente a reintrodução do trabalho obrigatório ao sábado. Esta intenção foi imediatamente travada por um pré-aviso de greve, que obrigou a autarquia a recuar nas suas intenções e a discutir com os representantes dos trabalhadores, horários de trabalho em vários sectores.

A tentativa de desregular os horários de trabalho sente-se atualmente com mais insistência nas Juntas de Freguesia. Não possuindo os meios humanos necessários para o desempenho das competências que lhes foram atribuídas e recorrendo em larga escala a trabalhadores precários, abusando da fragilidade laboral que lhes está implícita, impõe-lhes jornadas semanais de 40 horas, obrigando-os a trocar o dia de descanso obri-

Direito a trabalhar



com vida pessoal



e familiar

gatório (domingo), sem qualquer ganho financeiro, o mesmo se passando com o sábado.

Estas situações passam-se principalmente nas áreas operacionais, limpeza urbana, manutenção do espaço público e mercados, mas também em equipamentos desportivos e bibliotecas. Tentando as Juntas de Freguesia pressionar os trabalhadores efectivos, para a eliminação dos dias de descanso semanais obrigatório e complementar, concedendo-lhes um carácter rotativo, como infelizmente sucede por exemplo no sector do comércio.

As juntas parecem querer copiar tudo o que de negativo se passa no setor privado em torno dos contratos precários, que consubstanciam ordenados mínimos e horários prolongados à vontade do patrão.

O sindicato já teve ocasião de demonstrar a alguns autarcas da cidade, que não aceitará alterações unilaterais de horários, nem trocas arbitrárias dos dias de descanso semanais.

O STML alerta todos os trabalhadores para estarem atentos a estas situações, de forma a podermos responder atempadamente, recorrendo às formas de luta necessárias para impedir estas alterações ilegais e abusivas dos seus direitos. ■



De reorganização em reorganizaç

Foi debatida e votada, no passado dia 28 de Abril, a Proposta nº 94/CM/2015 (Reorganização dos Serviços Municipais), na Assembleia Municipal de Lisboa. A proposta foi aprovada, com os votos favoráveis do PS, PNPN e 6 Independentes, contra do PSD, PCP, BE, PEV, CDS-PP e MPT e a abstenção do PAN.

O STML interveio na sessão extraordinária da AML, reafirmando a sua posição em relação à Proposta apresentada pela CML, e à forma como o processo decorreu.

Num espaço de três anos o executivo PS procedeu a uma reestruturação dos serviços municipais (2011), à reorganização administrativa da cidade (2014) que incluiu a transferência de competências e trabalhadores para as juntas de freguesia. Neste último caso, como todos sabemos, o resultado foi o caos na prestação do serviço público quer pela Câmara, quer pelas Juntas. Finalmente, em 2015, temos mais uma reorganização de serviços municipais.

O STML considera inadmissível que num quadro de carência de meios humanos, principalmente em sectores operacionais e das dificuldades em termos gerais que afetam os trabalhadores da administração pública, uma proposta que traz alterações mais ou menos significativas ao funcionamento dos serviços, incluindo mudanças de localização, não tenha tido a divulgação atempada junto das organizações sindicais, proporcionando o debate e contributo de todos os trabalhadores envolvidos neste processo.

O executivo municipal fez uma reunião com os sindicatos, poucos dias após lhes ter dado conhecimento da sua proposta. Era sua intenção levar à Sessão de Câmara na semana seguinte, o que provocou a contestação imediata do STML. Apesar do protesto ter sido aceite, ficámos com cerca de duas semanas para apresentar um parecer sobre a matéria, tempo insuficiente para podermos em conjunto com os trabalhadores, construir uma posição fundamentada e coerente.

Adotando como sempre, uma postura positiva e construtiva na defesa dos trabalhadores, não deixámos de apresentar o nosso

contributo. Antes da apresentação da proposta na sessão de Câmara, realizou-se uma segunda reunião entre o STML e a CML. Das propostas apresentadas pelo sindicato, foram consideradas pelo executivo, apenas questões de pormenor.

Como está explícito no parecer do STML, a criação da Direção Municipal de Gestão do Património melhor se entenderia numa perspetiva de valorização qualitativa do património imobiliário municipal. A reavaliação das atribuições da Unidade de Coordenação Territorial, mais uma vez parece concorrer com as competências das Juntas de Freguesia.

A dispersão do DIEM¹, pela DMPO² e UCT³, diminui a capacidade dos meios humanos e técnicos disponíveis. A CML não aceitou a proposta do STML em criar uma unidade flexível que assegurasse a gestão, manutenção e inspeção de ascensores, atribuição e competência municipal de primordial importância.

Quanto à DIP⁴, o STML propôs que se mantenha integrada na proposta DM Espaços Verdes Ambiente e Energia, tendo em conta a necessidade de envolvimento marcado e constante da Agência da Energia Lisboa E- Nova.

Suscita-nos enormes dúvidas, o assunto envolvendo a fiscalização contida no Departamento Operacional, uma vez que existem outras unidades com atribuições de fiscalização, como a PM⁵.

Criticamos a desresponsabilização do executivo municipal perante os trabalhadores da autarquia, no campo do apoio social que lhes deve conceder. Referimo-nos concretamente à intenção em transferir para os Serviços Sociais da CML, a gestão das creches e refeitórios. Mais uma vez, a lógica da externalização impõe-se, quem sabe abrindo definitivamente as portas aos interesses privados dentro de uns anos (ou meses?).

Na linha desta prática, o executivo retoma a externalização dos museus e todos os outros equipamentos culturais.

Num campo transversal a todo o processo, o STML continua a exigir



ão, ao esvaziamento da autarquia!



junto do executivo o mapa de pessoal contendo a dotação global dos recursos humanos que a Proposta comporta. Desconhecemos até ao momento o porquê da CML ainda não ter fornecido estes elementos de capital importância para o futuro dos serviços públicos municipais, porque ‘sem ovos não se fazem omeletes’.

A proposta agora aprovada de Reorganização dos Serviços Municipais centra-se na mesma linha da política de externalização de serviços, cuja consequência passará inevitavelmente pela redução de postos de trabalho. Uma política que é já uma marca distintiva da gestão PS na cidade de Lisboa.

A criação prevista dos Serviços Municipalizados (SM), assumindo as competências municipais que hoje estão adstritas à Higiene Urbana e ao DRMM⁶, é um passo em frente no sentido da gestão externa, ou seja, da já referida externalização. É certo que esta estratégia revela algumas *nuances* diferentes, comparado com outras formas de desresponsabilização, considerando que os SM continuam a fazer parte integrante do município. Contudo, não existe qualquer garantia que a qualidade, o controlo público, e satisfação das necessidades da população e da própria cidade de Lisboa, fiquem melhor salvaguardadas.

O STML entende que a reorganização de serviços, motivada pela reorganização administrativa de Lisboa, não pode ser mais um pretexto para reduzir atividade municipal e postos de trabalho em prejuízo dos trabalhadores, do serviço público e dos munícipes. A proposta do PS coloca em causa todas estas premissas e por isso o STML irá continuar muito atento, considerando que a *aprovação de algo* não implica obrigatoriamente a sua aplicação de facto.

Serão os trabalhadores a decidir os caminhos que melhor defen-

dem os seus interesses, direitos e postos de trabalho, materializando serviços públicos municipais de qualidade nas suas várias dimensões. ■

- 1 Departamento de Instalações Eletrónico e Mecânicas
- 2 Direção Municipal de Património e Obras
- 3 Unidade de Coordenação Territorial
- 4 Divisão de Iluminação Pública
- 5 Policia Municipal
- 6 Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica ■



Na luta pelas 35 horas!

Ao abrigo do pré-aviso de greve de 24 horas colocado pelo STAL e subscrito pelo STML, milhares de trabalhadores da administração local protestaram do Rossio ao Ministério das Finanças em defesa das 35 horas semanais.

Uma luta que objetivamente visa a política de direita, e este governo em particular que arbitrariamente tenta impor, sem olhar a meios, a agenda das 40 horas ou, em alternativa, promovendo ACEP que contemplam as 35 horas, é certo, mas também o banco de horas e a adaptabilidade de horários, ou a impossibilidade em realizar trabalho extraordinário ou ainda impedindo a contratação do pessoal indispensável ao funcionamento de serviços públicos essenciais junto das populações. O caso da Câmara de Sintra é paradigmático com um presidente ex-CDS, eleito pelo PS e acordando com um sindicato da UGT (minoritário nesta autarquia) um ACEP nos termos que o governo defende e por isso subscrevendo-o, através da sua publicação.

Mantendo como princípio a autonomia e a independência do poder local democrático, isto é, a possibilidade das autarquias decidirem com as estruturas representativas dos trabalhadores, sem qualquer tipo de ingerência, o que entenderem como necessário à sua organização interna, incluindo obviamente a questão dos horários de trabalho, não aceitamos em nenhuma circunstância que seja um poder central cada vez mais deslegitimado que, ao arripio da Constituição da República Portuguesa, não publique por mero autismo ideológico à qual se soma uma arrogância política inaudita, as mais de três centenas de ACEP já celebrados de norte a sul do país que de facto defendem as 35 horas sem contrapartidas que em alguma medida, mesmo que mínimas, possam prejudicar os respetivos



trabalhadores.

Na intenção do governo em alterar horários de trabalho, não existe qualquer estudo científico que aponte um acréscimo de produtividade e eficácia com a imposição das 40 horas, muito pelo contrário. Ora, se não há argumentação consolidada a favor do propósito do governo, só podemos entender esta obsessão por manifesta entropia ideológica e daí se recusar a publicar os ACEP já celebrados.

Foi contra estas ignomínias que milhares de trabalhadores de autarquias de todo o país se manifestaram no passado dia 22 de Abril, enchendo as ruas da baixa lisboeta com o grito de revolta que exige a demissão deste governo!

A luta pelas 35 horas irá continuar mesmo que o governo saia agora reforçado com o apoio, mais ou menos inesperado de uma autarquia socialista, cujo presidente, centrista, decide premiar o sindicato menos representativo, da UGT, abrindo portas à desregulação dos horários de trabalho que poderão vir afetar a vida pessoal e familiar de centenas de trabalhadores. A luta na Câmara de Sintra irá continuar como irá continuar em Lisboa e em todo o país contra a política que nos empurra para um inaceitável retrocesso civilizacional. Dizemos **NÃO** às 40 horas semanais e muito menos aceitamos que nos digam como organizar a nossa vida familiar e pessoal!

Pelas 35 horas sem condições nem cedências, porque é da nossa vida que estamos a falar! É o nosso futuro que está em causa! Trabalhar mais e por menos salário, **NÃO OBRIGADO!** ACEP assinado, ACEP publicado é o que exigem os sindicatos da CGTP-IN, entre os quais o STML! ■



Na Avenida de Abril, na Liberdade da Luta!

Foram milhares, de facto muitos milhares, que encheram a Avenida com o nome que Abril conquistou: a Liberdade! Liberdade de nos manifestarmos, de nos organizarmos nos nossos sindicatos, de lutarmos pelos nossos direitos e pelas nossas condições de trabalho. Liberdade de dizermos NÃO! ao retrocesso que nos querem impor.

Neste 25 de Abril, um grito em uníssono ecoou um pouco por todo o país, através das centenas de iniciativas que trouxeram para a rua, para o debate público, as conquistas de Abril, hoje em causa pela política de sucessivos governos, do PS ao PSD com o CDS atrelado ou não.

Uma política, a de direita, submetida aos interesses de especuladores, sejam eles imobiliários, bolsistas ou financeiros, em suma, dos capitalistas portugueses e estrangeiros que têm vindo a saquear o nosso país, enriquecendo à nossa custa, do nosso trabalho, da nossa vida e do nosso futuro. Há mais de três décadas que assistimos à degradação das condições de vida de milhões de portugueses! Há mais de três décadas que assistimos ao crescimento da dependência externa do país, cada vez mais impossibilitado de se erguer da posição em que criminosamente



foi colocado.

Em Lisboa, Abril mostrou que está vivo, bem vivo! Evidente na assunção de que a nossa educação, a nossa saúde, a nossa segurança social, o nosso direito ao trabalho e ao trabalho com direitos, não estão à venda!

O governo Portas/Coelho atacou o Estado de Direito Democrático que enquadra o Estado Social Português, como nunca aconteceu antes. Contudo, muitas das malfeitorias a que temos assistido, seriam impossíveis de concretizar sem as opções assumidas por governos anteriores. Neste caso, não isentamos os governos PS e a execução da mesma política, materializada por exemplo nos sucessivos PEC (I, II e III), ou do famigerado programa de austeridade que acompanhou a entrada da troika externa no nosso país. Para que estes programas políticos avançassem, com as consequências que todos conhecemos, foi indispensável, como sempre aliás e claro está, a aliança entre os partidos do 'arco da (de) governação'.

Abril marcou presença com muita força e com Abril, os seus princípios, valores e conquistas vamos continuar. Nada de mais natural se considerarmos que também o STML é um produto de Abril! ■



STML de Parabéns pela 38ª vez!

A 6 de Abril de 1977 pela vontade e querer dos trabalhadores da CML, em ter uma estrutura representativa de classe, nasceu o Nosso Sindicato, o STML.

Para celebrar a efeméride, como habitualmente, realizou-se um almoço no pátio das nossas instalações no dia 25 de Abril que contou com a presença de mais de 70 pessoas entre associados, seus familiares, ativistas e amigos do sindicato.

A realização desta comemoração no dia em que se celebra o fim da ditadura fascista que perdurou durante 48 anos no nosso país permitiu-nos, para além de cantar os "parabéns a você" ao sindicato, evocar o momento histórico libertador de Portugal da estagnação e opressão a que o nosso povo estava votado.

Momento libertador esse que, entre outros valores, nos trouxe a liberdade de associação e a liberdade de exercer direitos sindicais, permitindo assim também, a fundação deste e de outros sindicatos.

Por isto afirmamos que, o Nosso Sindicato é um Sindicato de Abril!

Depois do almoço e do bolo de aniversário ainda houve disposição, como não podia deixar de ser, para participarmos na manifestação popular do 25 de Abril que decorreu entre o Marquês de Pombal e o Rossio.

A todos: PARABÉNS! ■

Milhares nas comemorações do Dia Internacional do Trabalhador!

Comemorou-se em grande o dia 1.º de Maio. Por todo o país, centenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras dos sectores público e privado coloriram as ruas e praças de Portugal em defesa dos seus direitos e contra a política de direita seguida pelo Governo PSD/CDS.

Foram também muitos milhares que em Lisboa participaram ativamente na Manifestação do Martim-Moniz à Alameda. Nos quais se incluíram, naturalmente, os trabalhadores do município de Lisboa que, com o seu o nosso sindicato, fizeram parte no desfile, confraternizando mais tarde no já habitual bar do STML instalado na Alameda.

Em Lisboa, o Dia Internacional do Trabalhador constituiu um dia de festa mas também um dia de luta, de afirmação do Trabalho, de valorização de direitos, de melhoria dos salários e das condições de vida e de exigência da rutura com a política de direita, condição indispensável para a garantia de um futuro de progresso e desenvolvimento.

Neste Dia Internacional do Trabalhador, homenageamos a heroica luta das gerações de homens e mulheres que nos antecederam e saudamos de forma particular todos os trabalhadores e trabalhadoras que, em cada empresa e local de trabalho, com coragem e firmeza, através de uma ação persistente e organizada, demonstram que a força dos trabalhadores, mais cedo que tarde, acabará por determinar um novo amanhã!

O secretário-geral da CGTP, Arménio Carlos, na sua intervenção não



pode deixar de saudar as muitas lutas nos super e hipermercados, serviços, hotelaria e restauração, nas empresas do sector empresarial do Estado e na Administração Pública central, regional e local, referindo que se "confirma que os que não desistem e resistem, conquistam melhores condições de trabalho, travam a desregulação dos horários, condicionam a privatização de empresas e efetivam os direitos consagrados na contratação coletiva". No final foi aprovada uma resolução por unanimidade e aclamação. ■

Registo de remunerações por equivalência à entrada de contribuições durante os períodos de incapacidade temporária resultante de acidente de trabalho

Tendo sido levantada por trabalhadores a questão de saber o que acontece às contribuições para a Segurança Social durante o período em que o trabalhador se encontra com baixa do seguro, devido a acidente de trabalho, alertamos para o seguinte:

De acordo com o estabelecido nas alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 72.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, que regulamenta o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial da Segurança Social, **excluindo portanto os trabalhadores inscritos na CGA**, os trabalhadores que se encontrem em situação de incapacidade temporária absoluta ou parcial para o trabalho por doença profissional ou acidente de trabalho têm direito, durante esse período, ao registo de remunerações por equivalência à entrada de contribuições – ou seja, durante o período da incapacidade, as instituições da segurança social devem proceder ao registo de determinados valores equivalentes à remuneração, a fim de que o trabalhador não seja prejudicado na sua carreira contributiva.

No caso de incapacidade resultante de acidente de trabalho, em que a respetiva indemnização é assegurada por entidade seguradora, por via do seguro obrigatório de acidentes de trabalho, é necessário comunicar à segurança social a situação do trabalhador, para que esta possa proceder ao referido registo, uma vez que o atual modelo de declaração de remunerações não permite efetuar diretamente esta comunicação.



Para este efeito, o trabalhador sinistrado (ou a entidade empregadora) devem solicitar à entidade seguradora responsável que emita uma declaração com os elementos necessários para que os serviços de segurança social possam proceder ao registo por equivalência – nomeadamente a situação de incapacidade temporária absoluta ou parcial, o respetivo período de duração e o valor da remuneração de referência tomada como base de cálculo da indemnização que o trabalhador está a receber. Sempre que a seguradora prolongue o período de incapacidade, tal facto deve ser também comunicado à segurança social, para que esta continue a proceder ao registo.

Se esta declaração não for emitida e entregue aos serviços da segurança social, esta não poderá proceder ao registo por equivalência por desconhecer a situação e o trabalhador ficará prejudicado na sua carreira contributiva, com efeitos negativos nomeadamente no valor da sua futura pensão de velhice, pelo que é fundamental garantir que esta medida é tomada em todos os casos de incapacidade temporária para o trabalho por acidente de trabalho.

O STML alerta os trabalhadores do Município, que tenham tido algum acidente de trabalho, com incapacidade temporária para o trabalho, para que verifiquem junto da segurança social se está a ser feito este registo. E, caso não esteja, reclamar imediatamente junto da Entidade Empregadora (Junta de Freguesia ou empresa municipal). ■

Das mudanças numa casa às avessas!

Os trabalhadores da Câmara Municipal têm sido obrigados, nos últimos anos, a habituarem-se a andar com a “casa às costas” e parece que esta prática irá continuar. De reestruturação em reestruturação, de venda em venda de património municipal, de cedência em cedência (seja de instalações para uma Junta de Freguesia ou para qualquer outra entidade), a instabilidade em torno da localização dos serviços municipais e dos respetivos trabalhadores, mantém-se e não se prevê que acabe tão cedo.

Depois da confusão vivida em muitos serviços na reestruturação de 2011, e depois da venda e cedência de um vasto património onde funcionam inúmeros serviços municipais, cujas consequências têm sido evidentes no seu funcionamento, cada vez mais irregular, além dos transtornos causados aos próprios trabalhadores, o STML foi informado numa reunião com o Diretor da DMAU (Direção Municipal do Ambiente Urbano), dos *meandros* de como irão decorrer as próximas mudanças, muitas delas já concretizadas no momento em que escrevemos este artigo, outras num horizonte difícil de descortinar.

Neste sentido, sobre as deslocalizações envolvendo os serviços sediados atualmente no Complexo Municipal de Alcântara, fomos informados do seguinte:

- A **Divisão de Gestão Cemiterial** já se transferiu para o Cemitério de Carnide numa mudança feita quase de um dia para o outro, originando problemas evitáveis, provocados pela ausência de telefones ou de capacidade adequada dos respetivos servidores;
- A **Divisão de Iluminação Pública** passou para a Garagem de Olivais 1 (obrigando também à mudança daquele serviço para outro local)
- Outros serviços foram entretanto recolocados no Complexo Municipal dos Olivais 2.

Outras mudanças de fundo estão neste momento a ser equacionadas, tais como: a centralização da esmagadora maioria dos trabalhadores da limpeza urbana no Complexo Municipal dos Olivais 2; o abandono definitivo do Complexo Municipal da Boavista, transferindo todos os serviços que aqui se encontram, e a saída da Direção Municipal da Cultura do Palácio dos Machadinhos.

Para termos um exemplo concreto, do desnorte que se vive neste momento na CML, damos o exemplo da mudança de instalações da **Divisão de Mercados e Feiras**, consequência da cedência do palacete onde este serviço funcionava para a Junta de Freguesia do Lumiar. Esta realocação esteve programada para o Edifício Municipal do Campo Grande e depois para o Complexo de Alcântara (?!).

Só pela intervenção do STML não se realizou o que seria uma espécie



de “tiro nos pés”, e que obrigaria os trabalhadores a dois penosos processos de transferência, com consequências no plano pessoal e familiar, considerando que o Complexo de Alcântara já tinha sido vendido.

Estando em curso todas estas alterações, muito provavelmente seremos confrontados nos próximos tempos, com outras que neste momento nem sequer equacionamos.

Apesar do executivo camarário se ter comprometido com a estabilização dos serviços municipais, objetivo que passa pela concentração de muitos serviços da DMAU em três pontos da cidade, nomeadamente na zona da Baixa, Olivais e Campo Grande, ou até em construir mais creches para os filhos dos trabalhadores do município, ou ainda criar um refeitório no Edifício do Campo Grande, nada nos garante até agora, que todas estas “promessas” sejam de facto cumpridas na íntegra.

Todos sabemos muito bem, porque já cá andamos há muitos anos, que quando outros valores, associados a outros interesses, se levantam, o que hoje são promessas, passam rapidamente a impossibilidades pelas inevitabilidades do costume, que geralmente prejudicam os mesmos de sempre. ■



Na Frente, em Comum, defender as funções sociais do Estado!



Realizou-se, no dia 22 de maio, na Casa do Alentejo em Lisboa, uma iniciativa da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), subordinada ao tema da defesa das funções sociais do Estado e combate à tentativa da sua municipalização.

O plenário, que teve a participação de cerca de três centenas de dirigentes e ativistas sindicais das várias organizações que compõem a FCSAP, contou com a presença de vários oradores convidados.

É da responsabilidade do Estado, através do Governo e da Assembleia da República a garantia, promoção e proteção dos direitos fundamentais, em que, indubitavelmente se enquadram os direitos à saúde, à educação, à segurança social, ao trabalho, à justiça, à cultura e ao desporto, à habitação, ao ambiente, à democracia participativa e ao Poder Local democrático, entre outros. Assim está definido na lei fundamental do país, que é a Constituição da República Portuguesa (CRP).

Estes direitos têm sido postos em causa pela política neoliberal seguida pelos sucessivos governos do PS, PSD e CDS, através da aplicação do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC) e toda a legislação laboral da Administração Pública. Esta liberalização dos serviços públicos ditada pelo capital, está expressa nos sucessivos Tratados da União Europeia, na Diretiva *Bolkenstein* e no Tratado Transatlântico em negociação entre a UE e os EUA, mais conhecido por TTIP.

Sob a denominação "Um Estado Melhor", o governo PSD/CDS apresentou um *guião* para a reforma do Estado marcado pelo pendor ideológico que reflete a sua marca de classe, com a previsão de medidas de continuação do processo de retirada dos direitos, remuneração, emprego e alteração do seu vínculo laboral, dos trabalhadores da Administração Pública e a reconfiguração do Estado que tem como objetivo a destruição das suas funções

sociais, o seu total desmantelamento com vista à sua privatização.

Vêm agora as forças de direita, com a tentativa de "municipalização" de funções sociais do Estado Central, nas áreas da saúde, educação, segurança social e cultura. Esta tentativa de transferência para as autarquias, de funções essenciais, nada tem a ver com a descentralização de competências prevista na CRP, uma vez que esta depende da negociação e aceitação por parte do poder local, respeitando a sua autonomia.

A concretizar-se esta profunda mudança, limitaria o acesso a estas importantes funções ao povo deste país, agravando ainda mais as desigualdades de oportunidade já existentes.

A descentralização que surge agora como capa para esconder a estratégia governamental de reconfiguração neoliberal do Estado por via da tentativa de municipalização das funções sociais do Estado, educação, saúde e segurança social, usando as autarquias como uma instrumento e etapa da privatização, pois sem recursos financeiros, e sem experiência nestes domínios, facilmente as autarquias serão empurradas a entregar parcelas do serviço público a privados.

Podemos verificar os paralelismos entre a política seguida pelo governo PSD/CDS, e o executivo da Câmara Municipal de Lisboa do PS de António Costa, na transferência de competências da CML para as novas Juntas de Freguesia (JF), resultado da Lei n.º 56/2012, que definiu a reorganização administrativa da cidade, votada na Assembleia da República por PS e PSD. Esta, envolveu a passagem para as JF funções nas áreas da educação, cultura, desporto, mercados e limpeza urbana, acompanhadas de meios financeiros insuficientes e de mais de um milhar de trabalhadores, que viram reduzidos os seus rendimentos.

O resultado tem sido a perda de eficiência dos serviços, a desigualdade de acesso da população aos equipamentos públicos, a proliferação da precariedade na contratação de trabalhadores, além de colocar em causa os serviços públicos e os direitos dos trabalhadores, pairando no horizonte a possibilidade da sua privatização. ■



Quase metade dos trabalhadores das Freguesias de Lisboa estão a “Recibos Verdes”!

Quando o STML e a INTERJOVEM/CGTP-IN, em Fevereiro último, denunciaram a precariedade que crescia no município de Lisboa, consequência direta do processo da reforma administrativa levada a cabo em Março de 2014 pelo PS (com o apoio do PSD), tínhamos a clara noção de que o recurso a “recibos verdes” crescia como cogumelos nas diversas freguesias, mas também na CML.

Não tínhamos porém os dados concretos da dimensão do problema no município. Mas eis que surge o 4º relatório de monitorização do processo de reforma administrativa de Lisboa, que vem confirmar a pertinência da nossa denúncia.

Este relatório, elaborado por uma comissão criada para o efeito, sobre as 24 juntas de freguesia de Lisboa revela que só 52 % dos trabalhadores estão nos quadros.

De facto, **cerca de 48% (1.419) dos 2.971 trabalhadores** das 24 juntas de freguesia de Lisboa tinham, em Março, um contrato de prestação de serviços, enquanto 52% (1.552) eram funcionários dos quadros.

Segundo o documento, a transição de trabalhadores da limpeza urbana teve impacto no serviço de remoção dos resíduos, que ficou sob alçada do município, enquanto a varredura e a limpeza passaram para as freguesias. Houve, assim, uma diminuição na taxa de execução dos circuitos de remoção do lixo, de 92% no primeiro trimestre de 2014 para 84% no segundo.

A situação melhorou em Julho com a entrada de 123 cantoneiros de limpeza, com a "adoção de medidas mitigadoras e de organização de serviço e uma gestão mais concreta no período de maior turbulência", ignorando por completo a luta



desenvolvida pelos trabalhadores do Município em Junho de 2014 que obrigou e executivo a assumir com o STML um conjunto de compromissos, entre eles o reforço imediato de meios humanos para este sector, acompanhado da abertura de concurso para a sua integração por tempo indeterminado.

A percentagem sobre o número de trabalhadores precários, é coerente com a gravíssima realidade que afeta milhares e milhares de jovens no nosso país. O que antes era a exceção, está agora a ser a regra.

Em pouco mais de 3 anos, cerca de 208 mil jovens trabalhadores viram os seus postos de trabalho destruídos, **48% dos jovens tem um vínculo de trabalho precário** e o seu salário é inferior em 30%, comparado com o salário de um contrato efetivo. Mais de meio milhão de jovens, estão desempregados! Nos últimos 4 anos foram obrigados a emigrar mais de 400 mil trabalhadores, na sua maioria jovens.

Este é o país real, longe da propaganda e demagogia que os protagonistas e apoiantes da política de direita, todos os dias nos tentam enfiar pelos olhos adentro.

São muitas as razões para que os jovens e os trabalhadores em geral se sindicalizem, se organizem e continuem a lutar por melhores condições de trabalho e de vida.

Os trabalhadores no Município de Lisboa podem, e devem, contar com o STML para com eles lutar contra as políticas que levaram a cidade e o país à situação atual e por emprego estável e com direitos.

Luta pelos teus direitos! Sindicaliza-te no STML! ■



Espaço dos Aposentados

Acção reivindicativa

41º Aniversário do 25 Abril

A Comissão de Reformados do STML participou no grande desfile comemorativo do 25 de Abril, bem como no almoço do 38.º aniversário do nosso sindicato.

Desfilando lado-a-lado com os trabalhadores do STML no ativo, desde o Marquês de Pombal até ao Rossio, assinalámos a importância dos valores de Abril e protestámos contra as políticas de direita que os têm posto em causa.

1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador

Este dia não foi só a comemoração simbólica de uma data histórica, mas também um dia de afirmação da vitalidade, da capacidade de mobilização e de protesto do Movimento Sindical Unitário.



Os Reformados do STML, para além dos que seguiram desde o Martim Moniz com o nosso sindicato, engrossaram a concentração da Inter-Reformados, frente à Igreja dos Anjos. Desfilámos ao ritmo das palavras de ordem como «Está na hora, está na hora de o Governo ir embora», «O custo de vida aumenta, Reformado não aguenta», «Contra a exploração, queremos a nossa pensão». Outros ainda marcaram o passo com «Reformados com dignidade, não queremos caridade» ou «Segurança Social é Nossa, não é do Capital».

8 de Maio – Jornada de esclarecimento e luta



A Comissão Nacional de Aposentados da Frente Comum realizou uma original jornada de esclarecimento, junto ao Arco da Rua Augusta.

A iniciativa incluiu apresentação da exposição “Por um Futuro Digno”, com vários painéis que mostram a evolução da protecção social, antes e após o 25 de Abril, evidenciando as desastrosas consequências da política de destruição dos direitos dos reformados e pensionistas da

Administração Pública, levada a cabo por sucessivos governos.

Além da exposição e da animação musical, a iniciativa contou também com um debate sobre o tema, envolvendo dirigentes e quadros sindicais, convidados, especialistas da matéria e outros participantes.

O STML esteve representado nesta acção, por dois dirigentes e onze elementos da Comissão de Reformados.

Acção Sócio Cultural

Visita ao Núcleo Museológico de Sto. António

Cresce a participação nestas acções de convívio e fruição cultural promovidas pela CRSTML. Entre elementos da Comissão e acompanhantes, foram 22 os elementos que a 25 de Março efectuaram uma visita guiada ao Núcleo de Santo António do Museu de Lisboa, que terá sido o local de nascimento desta figura tão popular na nossa cidade.

Almoço Comemorativo do 25 de Abril da Inter-Reformados de Lisboa

O já tradicional almoço comemorativo do 25 de Abril da Inter-Reformados de Lisboa foi este ano realizado na Casa do Alentejo, a 16 de Abril.

Participaram nesta jornada cerca de 150 reformados, pertencentes às diversas comissões dos Sindicatos da região de Lisboa. Os 23 reformados do STML constituíram uma das representações mais numerosas.

O debate, subordinado ao tema «Defesa das Funções Sociais do Estado», contou com uma interessante intervenção do convidado especial, Dr. Carlos Santos Silva do Conselho Distrital da Ordem dos Médicos e membro da Assembleia Municipal de Lisboa, que centrou a sua alocução no Serviço Nacional de Saúde.

Houve ainda lugar para animação cultural pelo grupo de reformados dos Serviços Sociais da Administração Pública.

Visita à exposição “Varinas de Lisboa, Memórias da Cidade”



A 6 de Maio, dezanove aposentados do STML seguiram atentamente as explicações de Ana Paula que nos guiou ao longo do Pavilhão Preto que alberga esta exposição.

Telas, esculturas, cerâmicas, tapeçarias, gravuras, postais, fotografias, documentos oficiais, objectos do quotidiano, recortes de jornais, caricaturas, desenhos satíricos, selos, programas de revistas e um vídeo que incluía o testemunho de algumas antigas varinas/peixeiras de Alfama, Madragoa e Mouraria avivaram recordações.

A par da imagem mais colorida para “venda turística”, despertou particular interesse as fotografias que retratavam a dureza das suas vidas. ■

Nota Interna da CML, assinada pelo então vice-presidente Fernando Medina no dia 1 de Abril. Terá sido engano?

Dos factos cronológicos... António Costa renuncia a 31 de Março, Fernando Medina dirige a 1 de Abril uma mensagem por correio interno a todos os trabalhadores da CML valorizando a política de recursos humanos seguida na CML desde 2008. Pois, muito teria que se dizer acerca deste assunto, mas fiquemo-nos apenas por algumas *notas*.

O STML travou durante anos uma luta intensa pela integração nos quadros de pessoal da autarquia dos cerca de 1100 trabalhadores que se encontravam a recibos verdes. A solução foi encontrada através da criação do 'tribunal arbitral' que reuniu juristas e advogados da CML e do STML. Conjuntamente resolveram o problema contratual de cerca de 850 trabalhadores durante os anos de 2008 e 2009. Certo é que dificilmente a CML e o seu executivo estariam dispostos a aceitar esta solução caso não fossem pressionados pela luta dos trabalhadores, muito deles em situação precária há largos anos.

Em relação a outras "bandeiras" erguidas pelo agora presidente Fernando Medina, é pertinente relembrar que em quase todas as "suas" conquistas, houve um momento precedente materializado por uma greve, uma concentração, um plenário geral nos Paços do Concelho, ou pela entrega de um abaixo-assinado, entre outras formas de luta adotadas.

Formas de luta definidas à medida das reivindicações e do momento concreto, mas sempre sinónimo de um importante elemento demasiado elucidativo para agora ser ignorado, ou seja, só depois dos trabalhadores se manifestarem, sempre organizados pelo seu Sindicato, o STML, foi possível desbloquear e resolver problemas que em algumas ocasiões, nas palavras de vereadores ou presidente, eram de uma natureza irreversível, impossível ou mesmo irrealizável. Assim foi nos casos da atualização do subsídio de insalubridade, penosidade e risco, e com algumas *nuances*, nos exemplos das promoções, mobilidades intercarreiras ou das alterações aos posicionamentos remuneratórios.

A desconstrução da tese das inevitabilidades é antiga no município de Lisboa, tendo no seu epicentro, quase sempre, o STML e os trabalhadores, ou não fossem estes últimos o motor da transformação, mas também, quando organizados, a melhor garantia na defesa dos seus próprios direitos e condições de trabalho. Porque a união faz a força e o STML organiza a força de quem trabalha há 38 anos!

Não podemos igual e obviamente ignorar o momento de pré-campanha eleitoral em que nos encontramos. Temos assim um candidato que se demite da presidência da maior autarquia do

país para se lançar na conquista do cargo de chefe de governo.

Claro está, neste cenário, ser mais importante, através do seu número dois a quem deixa as 'chaves da casa', valorizar o que mais lhe interessa do que propriamente evocar o que correu muito mal. Exemplos do que referimos são os da transferência compulsiva de trabalhadores para as juntas de freguesia, a eliminação de mais de 2500 postos de trabalho na CML, o esvaziamento de importantes serviços municipais, permitindo alimentar práticas de concessões (por exemplo nos jardins, no desporto ou na cultura), de externalizações (por exemplo nas oficinas de reparação e manutenção mecânica), mas também pela degradação de condições de trabalho a níveis inaceitáveis e desumanos que consubstanciaram as consequências das políticas assumidas de não investimento em recursos humanos e materiais levadas a cabo durante os mandatos de maioria socialista em Lisboa, liderados pelo mesmo que agora quer impor à escala nacional o que fez a nível concelhio.

É certo que a CML se prepara para contratar trabalhadores (em número ainda insuficiente) para vários setores profissionais carentes de pessoal, mas também não é menos verdade que foi necessário uma greve, em Junho do ano passado, para provocar esta sensibilidade face aos problemas patenteados nos serviços municipais com trabalhadores sobrecarregados e sem mãos a medir, demonstrada agora tão eloquentemente pelo executivo.

Determinar o dia 1 de Abril para relembrar as "boas práticas" dos últimos anos da gestão/PS na CML, terá sido seguramente uma escolha infeliz do novo presidente Fernando Medina. ■



Austeridade: Um governo em sentido único

Não é segredo para ninguém, nem sequer uma surpresa, a receita do governo PSD/CDS é austeridade sobre austeridade. Os objetivos são claros: o empobrecimento do país, a espoliação e a vulnerabilidade das classes trabalhadoras e colocar à disposição do grande capital internacional os recursos mais apetecíveis da economia nacional.

Ao longo destes longos anos de governação de direita, o país tornou-se mais pobre. Ao contrário daquilo que a direita tenta propagandear com a manipulação dos números oficiais, o País “pós-troika” (mais uma mistificação do governo, porque quem continua a mandar verdadeiramente é o FMI, o BCE e a Comissão Europeia) é cada vez mais desigual na distribuição de rendimentos, encontra-se mais endividado (com a dívida pública a atingir níveis históricos em 2014) e viu aprofundarem-se os problemas estruturais que têm sido entraves ao verdadeiro desenvolvimento da economia nacional ao longo de décadas de partilha do poder entre PSD, PS e CDS.

Como é natural perante este receituário, as grandes vítimas são as classes trabalhadoras. Se Portugal já era maculado por ser o país da União Europeia onde um posto de trabalho não era garantia de fuga àquilo que a OCDE considera o risco de pobreza, nos últimos quatro anos, o desemprego destruiu a vida de milhares de famílias portuguesas e provocou uma vaga de emigração sem paralelo. O preço do trabalho decresceu brutalmente, quer por via de cortes, quer através do aumento brutal da carga fiscal. Aquilo que se chamou “ajustamento” foi uma barbárie sem precedentes sobre os portugueses.

Para além dessa desvalorização selvagem, a política da direita tornou profundamente vulneráveis as relações de emprego. Não só se chantageia o trabalhador por via do despedimento, como as leis de trabalho se tornaram mais desequilibradas entre capital e trabalho, com vantagens, obviamente, para o primeiro. O ataque aos sindicatos e à contratação coletiva não encontrou paralelo em qualquer outro governo, e nunca a administração pública, regional e local foi tão espoliada e perseguida como nestes anos, destacando-se o roubo dos subsídios de Natal e de Férias, os cortes, as sobretaxas, o congelamento das carreiras ou o aumento do horário de trabalho, entre outras malfetorias.

Enquanto se destruí a vida da generalidade do povo e dos trabalhadores portugueses, o governo de Passos e Portas deu continuidade ao apetite voraz dos interesses do grande capital e espoliou o Estado Português com a privatização de alguns dos recursos fundamentais e essenciais de um País independente e soberano. O pouco que falta depois da banca, eletricidade, correios e telecomunicações está na calha até final da legislatura: empresas de transportes como Carris e Metro, em Lisboa, ou a TAP.



“A austeridade veio para ficar. Esse é o único caminho”, lê-se nos discursos de Passos Coelho e das suas gentes. Aplauda-se a Alemanha de Merkel enquanto uma ministra das Finanças se substitui aos interesses depredadores do poder alemão e ataca uma Grécia que elegeu um governo que ousou dizer “basta”. A “brincadeira de crianças” é acabar com a austeridade, garante Passos Coelho. Os credores acima de tudo, os bancos governados pela bandidagem de colarinho e gravata e os especuladores chamados de “investidores”. A austeridade em nome dessa gente, desses interesses.

Quando se aproximam as eleições legislativas que podem de facto dizer “basta”, lembremo-nos que da parte da direita, do PSD e do CDS, tudo o que há para oferecer é um caminho: o da austeridade sem fim. Rutura precisa-se, e também não parece que venha do PS. Portugal precisa de mudar, precisa de se salvar e de se libertar de quem destrói as nossas vidas. ■

Protocolos do STML

- | | | |
|--|--|---|
| <ul style="list-style-type: none">• ISEC - Instituto Superior de Educação e Ciências
Para os nossos associados, cônjuges e descendentes em 1.º grau:<ul style="list-style-type: none">- 10% de desconto nas propinas;- 12% de desconto na propina da licenciatura em Gestão Autárquica.• ISLA - Instituto Superior de Línguas e Administração• ISG - Instituto Superior de Gestão• IPES - Instituto Português de Estudos Superiores• IESC - Instituto de Estudos Superiores de Contabilidade• Escola Superior de Educação João de Deus | <ul style="list-style-type: none">• ISTECS - Instituto Superior de Tecnologias Avançadas• COFAC - Universidade Lusófona<ul style="list-style-type: none">- Instituto Superior de Humanidade e Tecnologia de Lisboa- Instituto Superior Politécnico do Oeste- Instituto Superior D. Dinis- Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes- Escola Superior de Educação Almeida Garrett• Lancaster College• Universidade Lusíada• Teatro da Cornucópia | <ul style="list-style-type: none">• Viaggiatore - Companhia de Lazer e Turismo• Millenium BCP• ENAL - Escola Nacional de Automobilismo• Mind - Project - Psicologia, Psicoterapia e Medicina• MACIF - Companhia de Seguros• Aldeamento Turístico de Palmela• Viagens FALCON• BP• Optimus• Vodafone• NOS ■ |
|--|--|---|